

PELA MULHER

Práticas costumeiras travam acesso à terra



Acesso ao direito de uso e aproveitamento da terra pela mulher longe do desejado

APREVALÊNCIA de normas e práticas costumeiras discriminatórias à mulher, bem como a sua fraca participação nas consultas para a atribuição do DUAT são alguns dos constrangimentos enfrentados por este grupo no acesso à terra.

Dados do Ministério da Terra, Ambiente e Desen-

volvimento Rural (MITADER) indicam que apenas 20 por cento da terra arável é controlada por mulheres. No entanto, ela é a principal utilizadora deste recurso, geradora de renda e veículo de disseminação de valores e educação na família.

Segundo Inês Cuambe, directora nacional adjunta de Terras no MITADER, a fraca participação da mulher no

processo de administração e gestão de terras figura no topo dos desafios. Nas zonas rurais, por exemplo, a herança é uma das causas de conflitos de terras, envolvendo membros da família.

“Nós temos alguns desafios no que concerne à necessidade de titulação massiva da terra para as camadas mais desfavorecidas, incluindo a mulher, a utilização de ins-

trumentos de ordenamento territorial e participação da mulher no processo de tomada de decisão”, disse Cuambe.

Apesar destes constrangimentos, o país fez progressos significativos no âmbito do programa Terra Segura, que permitiu um maior alcance na abordagem das questões de género sobre os direitos de uso e aproveitamento da terra

e a divulgação dos direitos da mulher sobre este recurso.

Das 515.396 parcelas registadas em 2016, 38 por cento foram de mulheres nas áreas rurais e urbanas. As províncias de Cabo Delgado e Nampula são as que inscreveram maior número de propriedades a favor da mulher.

“Ainda no âmbito deste programa, conseguimos ter envolvimento da mulher nos comités comunitários de gestão da terra e nas consultas comunitárias e garantir que tivesse acesso a crédito bancário, tendo o DUAT como garantia”, acrescentou

Falando no encerramento do ciclo de palestras sobre a violência doméstica, Cuambe venceu que o estado considera a terra um meio universal de criação de riqueza e do bem-estar social, sendo que o seu uso e aproveitamento é direito de todo o povo moçambicano.

Segundo a fonte, o outro resultado destas acções é o reconhecimento de que o bem-estar da mulher e a autonomia económica estão ligados ao acesso à terra e que a sua disciplina produtiva tem papel decisivo no combate à desnutrição crónica”, venceu.